

HABEAS CORPUS Nº 570.719 - SC (2020/0080030-1)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
THIAGO YUKIO GUENKA CAMPOS - SC036306
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
PACIENTE : SILVANA RIBEIRO DE CAMPOS (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* impetrado em benefício de SILVANA RIBEIRO DE CAMPOS no qual se aponta como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina (Recurso em Sentido Estrito n. 0013199-30.2012.8.24.0033).

Foi a paciente pronunciada pela suposta prática do crime de homicídio qualificado na forma tentada (art. 121, § 2º, inciso IV, c/c o art. 14, inciso II, todos do Código Penal).

Inconformada, interpôs a defesa recurso em sentido estrito, no qual, entre outras teses, pugnou pelo reconhecimento da nulidade da decisão de pronúncia, por excesso de linguagem.

Entretanto, os desembargadores integrantes da Segunda Câmara Criminal negaram provimento ao recurso.

Recebeu o acórdão esta ementa (e-STJ fl. 241):

RECURSO EM SENTIDO ESTRITO. HOMICÍDIO NA FORMA TENTADA QUALIFICADO PELO RECURSO QUE DIFICULTOU A DEFESA DA VÍTIMA (ART. 121, § 2º, IV, C/C ART. 14, II, DO CP). PRONÚNCIA. RECURSO DEFENSIVO. PRELIMINAR. ALEGADO EXCESSO DE LINGUAGEM. NÃO OCORRÊNCIA. FUNDAMENTAÇÃO EXPOSTA PELO MAGISTRADO EM CONFORMIDADE COM O DISPOSTO NO ART. 93, IX, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL E ART. 413, §1º, DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL. AUSÊNCIA DE JUÍZO DE VALOR SOBRE O MÉRITO DA CAUSA. PREFACIAL AFASTADA. MÉRITO. PEDIDO DE DESCLASSIFICAÇÃO DO DELITO DE HOMICÍDIO QUALIFICADO, NA FORMA TENTADA, PARA O DE LESÃO CORPORAL NO ÂMBITO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA (ART. 129, PARÁGRAFO 9º, DO CP), EM RAZÃO DA AUSÊNCIA DE "ANIMUS NECANDI". INVIABILIDADE. PROVAS DA MATERIALIDADE E INDÍCIOS SUFICIENTES DE AUTORIA.

Superior Tribunal de Justiça

EXISTÊNCIA DE ELEMENTOS APTOS À CORROBORAREM A TESE ACUSATÓRIA. DÚVIDAS ACERCA DA REAL INTENÇÃO DO RECORRENTE QUE DEVEM SER DIRIMIDAS PELO CONSELHO DE SENTENÇA. INCIDÊNCIA DO PRINCÍPIO "IN DUBIO PRO SOCIETATE". PRONÚNCIA MANTIDA. PLEITO SUBSIDIÁRIO. IMPRONÚNCIA ANTE O RECONHECIMENTO DA DESISTÊNCIA VOLUNTÁRIA (ART. 15, PRIMEIRA PARTE, DO CP). IMPROCEDÊNCIA. DELITO QUE NÃO SE CONSUMOU POR CIRCUNSTÂNCIAS ALHEIAS À VONTADE DO AGENTE. ELEMENTOS NOS AUTOS QUE INDICAM, AINDA QUE MINIMAMENTE, A EXISTÊNCIA DE VONTADE HOMICIDA E A AUSÊNCIA DE DESISTÊNCIA VOLUNTÁRIA. QUESTÃO QUE DEVE SER DECIDIDA PELO CORPO DE JURADOS. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO.

No Superior Tribunal de Justiça, sustenta a Defensoria Pública que, no caso concreto, o Magistrado singular, ao afirmar, na sentença de pronúncia, que a vítima foi atingida enquanto dormia, nas costas, por um golpe de faca produzido pela sua companheira, incorreu em excesso de linguagem, pois empregou expressão eloquente no sentido da autoria do crime. Da mesma forma, o colegiado local, ao confirmar a decisão pronúncia, asseverou que a paciente, com manifesto *animus necandi*, atingiu o ofendido, seu cônjuge, com uma faca, incidindo em idêntica ilegalidade. Destaca que "*os termos empregados não foram moderados e, quando lidos pelos jurados, certamente incutirão neles a certeza da ocorrência do homicídio e da autoria atribuída à PACIENTE. Com isso, a tese defensiva da lesão corporal foi fulminada antecipadamente e eventual tese de negativa da autoria também não terá espaço*" (e-STJ fl. 9).

Diante disso, pede, em tema liminar, sejam suspensos os efeitos da decisão de pronúncia até o julgamento definitivo do presente inconformismo.

No mérito, busca seja anulada a decisão de pronúncia, tendo em vista o excesso de linguagem, determinando-se o seu desentranhamento dos autos, nos termos do art. 413, § 1º, do Código de Processo Penal.

É o relatório.

Decido.

A liminar em *habeas corpus*, bem como em recurso ordinário em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa

Superior Tribunal de Justiça

minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto.

Em juízo de cognição sumária, não visualizo manifesta ilegalidade no ato ora impugnado a justificar o deferimento da medida de urgência.

Não obstante os fundamentos apresentados pela defesa, mostra-se imprescindível uma análise mais aprofundada dos elementos de convicção constantes dos autos para verificar a existência de constrangimento ilegal.

Ante o exposto, **indefiro a liminar**.

Solicitem-se informações ao Tribunal *a quo*, ressaltando-se que esta Corte Superior deverá ser noticiada de qualquer alteração no quadro fático atinente ao tema objeto deste feito.

Requeira-se, ainda, senha para acesso aos andamentos processuais constantes do respectivo portal eletrônico, tendo em vista a restrição determinada pela Resolução n. 121 do Conselho Nacional de Justiça.

Após, dê-se vista dos autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 03 de abril de 2020.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
Relator